

Diálogo Extremo

Garnero acha possível carência de 3 anos

- 9 SET 1983

São Paulo — O empresário Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, acredita que o Brasil consiga um prazo de carência de três anos nos seus compromissos externos, pagando apenas parte dos juros durante esse prazo, e oito anos para resgatar a parte principal da dívida externa.

Advertiu, entretanto, que nenhuma decisão do FMI acontecerá antes de meados de outubro e, mesmo com a entrada de recursos no final do ano não haverá desafogo na área do câmbio para as importações, porque o país precisará saldar cerca de 4 bilhões de dólares referentes aos empréstimos-ponte e aos compromissos vencidos e não pagos.

Falando ontem, na reunião da Sucesu (Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários), para cerca de 300 empresários da área de informática, ele manifestou a convicção de que o Brasil obtenha junto ao Fundo Monetário Internacional condições de renegociação da dívida externa semelhantes às conseguidas pelo México. Já no próximo ano, a situação econômica estará bem mais aliviada, permitindo a retomada do desenvolvimento nos dois anos subsequentes, embora perdurem as dificuldades cambiais. Isso em função, segundo destacou, de um modelo errado na política de exportações, a qual, a seu ver, precisa ser alterada.

Sob esse aspecto, observou que, em 1950, quando exportava pouco mais de um bilhão de dólares por ano, a participação brasileira correspondia a 2,1 por cento do comércio mundial. Hoje, exportando, US\$ 23 bilhões, a participação é inferior a 1,05 por cento. Se mantivesse o mesmo nível de participação, o volume deveria estar em torno de US\$ 45 bilhões. Ele recomendou para os próximos oito anos uma política efetiva voltada para o mercado externo, deixando o Brasil de ser apenas um exportador eventual de alguns produtos.

Mário Garnero classificou de "ilusória e equivocada" a defesa que certos setores da sociedade civil brasileira, principalmente da área política, fazem da moratória unilateral, imaginando que "ela seja um ato de independência, ou um sete de setembro da economia a ser lançado a qualquer momento". Chamou a atenção para as implicações imediatas da medida: "No dia seguinte, faltará petróleo, pão, componentes para a indústria e se verá o Brasil parar de maneira dramática, com o desemprego, que cresce lentamente, se acentuando de imediato".

Esse tipo de "sete de setembro", na sua opinião, "não passará de uma batalha de escoteiros, que conduzirá o país para uma convulsão social, matando a tênue democracia que já se conseguiu".

— Aí — complementou — todos vão novamente pedir que as Forças Armadas assumam de novo o Poder e os que defenderam a ruptura, pensando em ir buscar água de outra fonte, verão que a água virá de uma fonte diferente para inundar a própria democracia.